



REVISTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ISSN: 1676-8558 (Impresso)

ISSN: 2178-2466 (Eletrônico)

DOI: 10.31512/16768-558/2178-2466

Revista

DIREITO E JUSTIÇA

Reflexões Sociojurídicas



© 2020, by Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
- Campus de Santo Ângelo
Curso de Graduação em Direito

R454 Revista direito e justiça: reflexões sociojurídicas / Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo; organização: Rosângela Angelin – v.1, n.1 (abril 2002)- . – Santo Ângelo: FuRI, 2020.

v.20, n.38, set./out. 2020.
Semestral: 2002-2017. Quadrimestral: 2018-
ISSN 2178-2466

1. Direito-Periódicos I. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. III. Angelin, Rosângela (org.)

CDU: 340.114

EdiURI – Editora da URI – Campus de Santo Ângelo – RS
Rua Universidade das Missões, 464 – CEP 98.802-470
Santo Ângelo – RS – Brasil – Fone: (55)3313-7900

APRESENTAÇÃO

APRESENTATION

A Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, tem como objetivo ser um instrumento de reflexões e construções do conhecimento, voltada para o debate, de temas que compõem a sociedade contemporânea na busca da integração e constituição entre cidadania e democracia.

Mesmo vivendo um momento incomum, marcado por uma pandemia que interrompeu as atividades acadêmicas no mundo todo, conseguimos, com esforço de todos os avaliadores e autores, comissão editorial, apresentar a nova edição da produção intelectual de pesquisadores para a democratização do saber.

Assim, inauguramos o sumário da Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas o artigo sobre *O direito à liberdade feminina na prática do aborto até o 3º mês de gestação à luz da decisão do Supremo Tribunal Federal Brasileiro para adoção de políticas públicas* - de Cleber Sanfelici Otero e Alessandra Trevisan Ferreira - que aborda a colisão entre o direito fundamental à vida e a liberdade feminina na prática do abortamento é objeto deste artigo. Realiza, nesse sentido, uma análise dos fundamentos adotados na decisão do Supremo Tribunal Federal que autorizou a interrupção da gravidez até o 3º mês da gestação, em especial quanto à ausência de políticas públicas de esclarecimento e proteção às mulheres no Brasil.

A próxima temática trata da *inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil: reflexões sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal frente aos princípios da liberdade e da autonomia privada* - escrito por Luciane Sobral, Marco Antonio Lima Berberi - e visa analisar, com foco nos princípios da liberdade e autonomia privada, o teor da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (RE 878.694/MG) que equiparou companheiro e cônjuge para fins sucessórios ao considerar o art. 1790 da legislação civil inconstitucional. Dentre os resultados alcançados, destaca-se a diferença dos institutos da união estável e do casamento e o foco aos princípios da liberdade e autonomia privada como garantidores da segurança jurídica, já que a lei previa consequências sucessórias distintas para cada uma das entidades familiares.

O método APAC como modelo de humanização do processo identitário do encarcerado - de Roberto Carvalho Veloso e Cristian de Oliveira Gamba - pesquisa sobre a (in) eficiência do atual modelo de gestão carcerária apresenta-se como questão cada vez mais recorrente, razão pela qual surge a necessidade de se repensar o atual modelo prisional brasileiro e apontar alternativas viáveis que possam contribuir para melhoria deste quadro. Nesse sentido defende-se que a APAC, apesar de possuir imperfeições e, em



alguns pontos, reproduzir o modelo tradicional, apresenta-se como uma alternativa de execução penal mais humanizada, que trabalha o processo identitário do encarcerado através do paradigma da autonomia e em conjunto com a comunidade junto a qual o indivíduo será reinserido após o cumprimento da pena.

Por sua vez, *A banalidade do mal comercial no caso Burberry* - Joana Stelzer, Luísa Bresolin e Juliana de Albuquerque Pereira – tem como objetivo descrever a banalidade do mal comercial, uma ressignificação da consagrada concepção da Banalidade do Mal, de Hannah Arendt. O pano de fundo da investigação teve por base a incineração de estoque da marca Burberry. Verificou-se que a divulgação da prática não afetou o lucro e o crescimento da grife nos últimos cinco anos, evidenciando-se a irreflexão e o distanciamento da ética socioambiental por parte do consumidor – características substanciais da Banalidade do Mal Comercial.

A responsabilidade civil pelos riscos do desenvolvimento no ordenamento jurídico brasileiro – de José Laurindo de Souza Netto, Gustavo Calixto Guilherme e Adriane Garcel - investiga sobre a aplicabilidade da teoria da responsabilidade civil do fornecedor pelos riscos do desenvolvimento no ordenamento jurídico brasileiro. A problemática está na ausência de previsão legal no Código de Defesa do Consumidor dos riscos do desenvolvimento como hipótese de excludente de responsabilidade civil do fornecedor. O artigo conclui que, apesar da omissão legislativa, o fornecedor de produtos deve responsabilizar-se pelos riscos do desenvolvimento, não podendo ser tratados como hipótese de exclusão de responsabilidade, tendo em vista a primazia pela observância dos princípios constitucionais e pela tutela do consumidor.

Já o artigo *Desenvolvimento como resultado do crescimento econômico e da democracia: o papel dos movimentos sociais de junho de 2013* - Marcelo Guerra Martins e Greice Patrícia Fuller – trata das principais características institucionais capazes de gerar o desenvolvimento dos países, com destaque para a necessidade de haver, de modo conjunto, estímulos ao crescimento econômico, ao aprimoramento constante da educação e da qualificação do capital humano, à acumulação de conhecimento e tecnologia, à baixa tolerância das pessoas para com a corrupção, devendo a dinâmica social ocorrer sob um ambiente democrático, com livre manifestação de pensamento e crítica dos movimentos sociais ocorrido em junho de 2013, inaugurando uma nova maneira de exercer a cidadania.

O sétimo artigo tem como tema *A insustentável sustentabilidade do capitalismo* – de autoria de Graciele Dalla Liberal, Cleide Calgaro e Leonel Severo Rocha – o qual busca compreender o que é sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, partindo da literatura produzida sobre a temática, bem como da legislação vigente e dos órgãos governamentais que regulam e fiscalizam a matéria. Objetiva-se, evidenciar, que a sustentabilidade do capitalismo é insustentável, configurando-se, em verdade, como apenas um mito dissimulado.

Na sequência, *O mercado flexibilizado e a precarização do trabalho do cibertariado* – Suzy Elizabeth Cavalcante Kouryi Alex Albuquerque Jorge Melém - busca responder se a flexibilização do mercado provoca a precarização do trabalho, em especial quanto ao novo proletariado de serviço, também denominado de “cibertariado”. Conclui-se que o mercado flexibilizado provoca um processo de precarização da “sociedade laboral”, impactando-a, tanto pela perda de direitos e garantias trabalhistas, quanto pelo comprometimento da preservação de seu bem mais precioso, a vida dos seus integrantes.

O nono artigo aborda *o papel dos organismos não-governamentais no direito comparado* – elaborado por Antonio Elian Lawand Junior e Luiz Sales do Nascimento- e tem por finalidade situar a função das Organizações Não-Governamentais na construção da finalidade do Direito Comparado, quando o objeto deste for a norma jurídica de Direito Internacional, em temas/problemas de interesse Global. Afirma que as Organizações Não-Governamentais têm papel relevante de uniformização em matrizes de direito internacional aberto, com pontos específicos e importantes de atuação, relacionados com sua condição reconhecida de ator e sujeito de direito internacional.

O penúltimo artigo denominado *Cuatro casos paradigmáticos de la jurisprudencia Argentina en materia de Derecho Animal*-de Gustavo Federico de Baggis - mostra em quatro casos paradigmáticos como a lei jurisprudencial argentina, através de decisões de diferentes tribunais de diferentes hierarquias, marcou uma linha divisória a partir da qual apoiar animais dentro da categoria legal de “ coisas ”é, pelo menos, contraditória e falaciosa. O urso Arturo, o orangotango Sandra, o filhote Poli e o chimpanzé Cecilia já são um marco a partir do qual o pensamento jurídico sobre a natureza jurídica dos animais começa a percorrer um caminho mais claro, mais justo e mais equitativo. Nesses casos, foram os juízes que assumiram a liderança da doutrina jurídica e deram um passo adiante que, durante anos, séculos, os pensadores do direito só foram capazes de teorizar.

E o último artigo trabalha *A dependência econômica brasileira: entre o caso das Commodities, a financeirização do capitalismo, a desindustrialização e a reprimarização da Economia* – de Lucas Machado Fagundes e Emanuela Gava Caciatori - aborda a questão da política econômica dependente do Estado brasileiro no contexto geopolítico da globocolonialidade. Assim, propõe-se contextualizar o cenário econômico local a partir da virada para o século XXI, pautando-se, para tanto, a influência do ciclo das commodities, problematizações concernentes aos impactos da financeirização do capitalismo e as preocupações quanto à desindustrialização e à reprimarização da economia brasileira.

Boa leitura a todos.

Profª Drª. Charlise Paula Colet Gimenez

Profª Drª. Janete Rosa Martins

Editoras